

Estudo Técnico Preliminar 36/2022

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Do Objeto Pretendido

Aquisição de material de copa e expediente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Justificativa para Agrupamento dos itens

Conforme Planilha de Itens, coluna “Justificativa para Agrupamento”. Os itens 1 a 67 foram reunidos em 18 grupos e os itens 68 a 134 não foram agrupados.

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as aquisições deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

4. Da Classificação do Objeto

Os bens são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

5. Do Critério de Julgamento

Para os Grupos 1 a 18 (itens 1 a 67), o critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo.

Para os itens 68 a 134, não agrupados, o critério de julgamento adotado será o menor preço do item.

6. Da adoção do SRP

O Sistema de Registro de Preços – SRP será adotado tendo em vista que a contratação em tela atenderá a mais de um órgão da RFB, bem como há previsão de entregas parceladas, enquadrando-se como hipóteses previstas no art. 3º, incisos II e III, do Decreto nº 7.892, de 23/01/2013:

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

(...)

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

(...)”

7. Critérios de Sustentabilidade

Em atendimento ao art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, as empresas contratadas deverão observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, **no que couber**:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Poderá a Administração, a seu critério, no transcurso do prazo de vigência do prazo contratual, exigir dos fornecedores a apresentação de atestados, certificações ambientais e demais documentos que comprovem o atendimento ao previsto nos incisos acima, conforme § 1º, art. 5º, da IN SLTI/MPOG nº 01/2010: “§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital”.

Em atendimento ao art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, as empresas contratadas deverão considerar os seguintes critérios e práticas sustentáveis, **no que couber**:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

8. Requisitos de Capacidade Técnica

Para os itens com entrega em remessa única (contratação integral assim que disponível para empenho): Será dispensada a exigência de documentos que comprovem a aptidão para o fornecimento dos bens, pois o prazo de entrega é de 30 (trinta) dias. Trata-se de dispensa parcial de documentação para o caso de fornecimento de bens para pronta entrega, cuja entrega dar-se-á de forma imediata e integral. A referida dispensa tem fundamento no art. 32, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Para os itens com entrega parcelada:

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

1.1. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1.1.1. Fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante realizou, a contento, a comercialização e a entrega do item (ou similar) para o qual estiver sendo habilitado, independente de quantidades, contendo a identificação dos signatários e a caracterização dos itens comercializados.

2. A comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens constantes do presente certame visa à comprovação de que a licitante vencedora atua no ramo de atividade compatível e possui competência para cumprimento do objeto do Instrumento Convocatório.

9. Requisitos de Qualificação Econômica

Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são:

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

3. Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10. Da Subcontratação do objeto

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. Da vigência da Contratação

Para todos os itens:

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

De acordo com o artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, aplicável subsidiariamente à modalidade pregão, o termo de contrato é facultativo nas contratações com valor de até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), e nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, independentemente do valor.

Vale destacar que, no Acórdão nº 1234/2018 – Plenário, o TCU firmou entendimento sobre o conceito de compra com “entrega imediata” para os fins do artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

“9. Acórdão:

[...]

9.1 converter o presente processo em representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas, para dela conhecer e, no mérito, firmar entendimento, quanto aos requisitos legais para a dispensa do termo de contrato em aquisições de bens, no seguinte sentido:

9.1.1 há possibilidade jurídica de formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota de empenho, independentemente do valor ou da modalidade licitatória adotada, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/1993 e à luz dos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa que regem as contratações públicas;

9.1.2 a “entrega imediata” referida no art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993 deve ser entendida como aquela que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação; [...]”

Tendo em vista que o objeto desta licitação será formado por 18 (dezoito) grupos e 134 (cento e trinta e quatro) itens, possibilitando contratações com valor inferior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), bem como possibilitando contratações com entrega imediata e integral, conforme cronograma de contratação, em alguns casos o termo de contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, como carta contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos quais deve constar expressamente a vinculação à proposta e aos termos do edital de licitação.

12. Descrição da necessidade

Conforme Planilha de Itens, coluna “Justificativa”, anexa a este ETP.

13. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NUPAT/DIPOL/SRRF04	Fernando Antônio da Silva Barreto
EVR1/DIREP/SRRF04	João Bosco Brito
GABIN/ALF/RECIFE	Daniela Araujo Vieira Cavalcanti
ELG1	José Luiz Miranda Casanova

DIREP/SRRF04
DIPOL/SRRF04
SAPOL/DRF/NAT
GABIN/DRF/CRU

Gustavo Medeiros de Macedo
Carla Rafaela do Amaral Pinheiro Oliveira
Antônio Sobrinho de Souza Júnior
Rafael Casimiro Rocha

14. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

- a) Cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;
- b) Cumprimento das exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista;
- c) Atendimento aos critérios de qualificação econômico-financeira;
- d) Fornecer os materiais em conformidade com as quantidades e especificações exigidas;
- e) Observar o cronograma, endereço e prazos de entrega dos materiais.

15. Da necessidade de avaliação de amostras

Conforme DFD, não será necessária avaliação de amostras.

16. Levantamento de Mercado

Conforme Relatório de Pesquisa de Mercado e de Preços, às fls. 3/7 do processo.

17. Descrição da solução como um todo

A contratação prevê o fornecimento de materiais de copa e expediente para atender as necessidades previstas na Planilha de Itens, coluna “Justificativa”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

18. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme Planilha de Itens, coluna “Qtd.” (Quantidade), anexa a este ETP.

19. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 305.160,72

Conforme Memória de Cálculo – Preço de Referência Ajustado, o custo estimado da contratação é de R\$ 305.160,72 (trezentos e cinco mil, cento e sessenta reais e setenta e dois centavos).

O maior custo estimado previsto é o do Grupo 4 (itens 9, 10 e 11): R\$ 63.144,60 (sessenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos). Portanto, para todos os itens e grupos da licitação, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Vide Orientação Normativa 47/2014-AGU:

“EM LICITAÇÃO DIVIDIDA EM ITENS OU LOTES/GRUPOS, DEVERÁ SER ADOTADA A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA (ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007) EM RELAÇÃO AOS ITENS OU LOTES/GRUPOS CUJO VALOR SEJA IGUAL OU INFERIOR A R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), DESDE QUE NÃO HAJA A SUBSUNÇÃO A QUAISQUER DAS SITUAÇÕES PREVISTAS PELO ART. 9º DO DECRETO Nº 6.204, DE 2007.”

Ademais, a Administração não estabelecerá cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, já que a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, não é aplicável para os itens e grupos alcançados pela exclusividade de que trata o inciso I do mesmo dispositivo para licitações com valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00. Lembrando que essas “cotas reservadas” deverão ser definidas em função de cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, em função do valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item (art. 9º, inciso I do Decreto n. 8.538, de 2015).

20. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme Planilha de Itens, coluna “Justificativa para Agrupamento”. Os itens 1 a 67 foram reunidos em 18 grupos e os itens 68 a 134 não foram agrupados.

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as aquisições deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

21. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

22. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se prevista nos itens 111, 208, 222, 254, 268 a 279 e 295 do Plano de Contratações Anual – 2022, UASG 170058, bem como nos itens 1 a 4 e 15 a 20 do Plano de Contratações Anual – 2022, UASG 170047.

23. Do Cronograma de Contratação

O disposto neste documento refere-se apenas a uma previsão, a assinatura do Contrato está condicionada à existência de créditos orçamentários autorizados no momento do pedido de fornecimento/contratação.

Conforme Planilha de Itens, coluna “Cronograma de Contratação”.

O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) do aceite da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou procedimento/documento similar, em remessa única ou parcelada (conforme Cronograma de Contratação), nos endereços indicados na Planilha de Itens.

No caso de produtos perecíveis, observar o prazo de validade indicado na Planilha de Itens, coluna “Descrição”.

24. Da Previsão de Garantia

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

Entendemos ser contraproducente a exigência de garantia em compras, já que a Administração somente vai realizar o pagamento após o recebimento definitivo do objeto. Tal exigência encareceria o preço e atrasaria os procedimentos, não trazendo benefício para a Administração.

Ademais, não há risco a ser mitigado com a referida exigência.

Registre-se que no caso de inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

Quanto à exigência de garantia contratual dos bens, complementar à legal, não foi exigida nas especificações dos itens, conforme Anexo I do DFD às fls. 150/174 do processo.

25. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Prover a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal e Unidades Administrativas Jurisdicionadas de materiais de copa e expediente para atender as necessidades previstas na Planilha de Itens, coluna “Justificativa”.

Conforme indicado no Relatório de Pesquisa de Mercado e de Preços, às fls. 3/7 do processo, o levantamento de mercado mostra que há um bom número de potenciais fornecedores, o que possibilita a competitividade nas licitações. Em assim sendo, as aquisições resultarão em preços bastante viáveis e com significativa economicidade, tornando-se uma vantagem para a Administração.

Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a aquisição dos bens, exceto os valores referentes ao pagamento das faturas.

26. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas.

Os responsáveis pela fiscalização do contrato foram indicados no DFD.

27. Possíveis Impactos Ambientais

Não há possíveis impactos ambientais vinculados à aquisição.

28. Vedação à participação de consórcios

Não poderão participar desta licitação as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. A experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem compras de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Conforme art. 6º, inciso V, da Lei nº 8.666, de 1993, consideram-se compras de grande vulto aqueles cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 da referida Lei ($25 \times R\$ 1.500.000,00 = R\$ 37.500.000,00$). Portanto, não é o caso desta contratação, cujo custo total estimado da contratação é de R\$ 305.160,72 (trezentos e cinco mil, cento e sessenta reais e setenta e dois centavos). Ademais, os bens desta contratação não se revestem de alta complexidade técnica, conforme demonstrado em suas especificações.

29. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

29.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima e nas informações juntadas aos autos deste processo, especialmente quanto ao DFD, às fls. 150/174, declaramos que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração, assegurando o funcionamento das suas atividades finalísticas e o cumprimento de suas missões institucionais.

30. Responsáveis

EVERTON SAMPAIO DE MENEZES

Membro da Equipe de Planejamento

BRUNO CIRNE DE LUCENA

Membro da Equipe de Planejamento

ROSALINE CARNEIRO DE ALBUQUERQUE TOJAL

Membro da Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de Itens.xlsx (30.67 KB)